

Só porque perdeu as eleições, altera a sua conduta em relação à Vera Cruz.

Antes, desejava ampará-la, ajudá-la, encampando-a para realizar seu desenvolvimento e alcançar o seu alto objetivo, o de realizar, como vem realizando, o grande cinema brasileiro, que tem saído de seus estúdios para ganhar prêmios em festivais internacionais, como o de Cannes, que conferiu ao "Pagador de Promessas", o maior prêmio mundial de Cinema.

Agora, Srs. deputados, é ao contrário que age o Sr. Carvalho Pinto. Quer liquidar a Vera Cruz, e pretende fazê-lo justamente agora, no fim de seu governo, deste desventurado governo. Quer vender a Vera Cruz!

Mas, por que vender, agora? Por que assim apressadamente? E em condições vantajosíssimas para os compradores? Vender a Vera Cruz por 400 ou 500 milhões de cruzeiros, a prazo de 15 ou 20 anos? Vender, mas vender por quê e a quem?

São os artistas de cinema, são os produtores de cinema que protestam em face da anunciada venda da Vera Cruz a um grupo de televisão. Os órgãos especializados em cinema não foram ouvidos. Razões não são apresentadas. Justificativa não existe.

Mas, o Prof. Carvalho Pinto não se conforma com a derrota eleitoral que o povo lhe impôs, não se conforma com a vitória do Dr. Adhemar de Barros sobre o Bonifácio.

Carvalho Pinto já destruiu tantas grandezas de São Paulo, mesmo se contradizendo, mesmo negando o 2.º Plano de Ação — já publicado e difundido durante a campanha eleitoral do seu candidato — onde se comprometeu, nas pgs. 42 a 47, a realizar um programa, em relação ao cinema, completamente diferente da medida que pretende adotar agora vendendo, ou melhor, presentando a Vera Cruz, a prestações e a longo prazo, a um grupo que se compromete liquidá-la, ferindo de morte o cinema brasileiro.

Eis aí, Srs. deputados, uma denúncia que faço desta tribuna, a fim de que Vossas Excelências tenham conhecimento de mais esta triste e dolorosa notícia, que nos lega o funesto governo do "estilo novo" e do 2.º Plano de Ação, sufocado nas urnas de 7 de outubro de 62, agora negado pelos seus próprios autores.

Peço a Deus que os dias que restam passem depressa, a fim de iniciarmos logo a grande tarefa de salvação de São Paulo.

O que posso garantir aos grandes e valerosos artistas e diretores do cinema em São Paulo e no Brasil é que, o ódio incontinido do Governador derrotado, substituiremos pelo amor desmedido de Adhemar de Barros a São Paulo e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian.

O SR. CARLOS KHERLAKIAN — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e nobres colegas, quer me parecer que ao discurso proferido neste momento pelo nobre deputado Wilson Lapa, digníssimo líder da minha bancada, assiste certa razão. Senão vejamos: S. Exa. diz que neste fim melancólico do governo do Sr. Carvalho Pinto, S. Exa. vem cometendo erros como, por exemplo, a venda da Companhia Vera Cruz.

Nós que aqui, durante este mandato, nós que aqui, durante esta legislatura, emprestamos todo o nosso apoio ao seu governo, também assim achamos. Aliás, durante várias oportunidades, em audiências com S. Exa. e desta mesma tribuna, tivemos ensejo de reiterar a S. Exa., solicitando-lhe fosse estatuido na Caixa Econômica do Estado de São Paulo o empréstimo para a construção das casas populares, a fim de possibilitar um teto aos trabalhadores, aos operários, aos homens que morrejam nas indústrias de São Paulo. S. Exa., não nos quis ouvir. Assim pensávamos e julgávamos na ocasião do início do seu governo, que haveria um grande plano, que, se encajado, haveria de fazer constar nesse Plano de Ação uma organização tal que viesse atender a esta reivindicação do operariado. E verificamos então que neste "Plano de Ação" não foi instituído nenhum plano, não foi instituída nenhuma verba que pudesse possibilitar estes empreendimentos para construção das casas próprias para os operários de São Paulo. E hoje, ao final do seu governo, nós verificamos que S. Exa., o governador, abriu um crédito de um bilhão e 200 milhões de cruzeiros, na Caixa Econômica do Estado, para este fim. Nós verificamos hoje, ao final do seu governo, o empréstimo de um bilhão e meio para a Prefeitura de São Paulo, a fim de possibilitar o tapa-buracos de São Paulo. E hoje nós verificamos, ao final do seu governo, o empréstimo para recuperar a CMTC, esta CMTC tão falida, esta CMTC tão desorganizada, esta CMTC que presta tantos desserviços a São Paulo e à coletividade paulistana. Por que S. Exa. assim não compreendeu, ao destinar estas verbas no início do seu governo? Por que S. Exa. assim não compreendeu ao amparar estas três instituições do Poder Público Municipal para beneficiar o povo de São Paulo? Não sei por que razão. Deixo a conclusão ao povo de São Paulo. É certo que nós podemos dizer: antes tarde do que nunca. Mas era preciso que S. Exa. fizesse isso no início do seu governo. É por esta razão que ocupamos esta tribuna, e estranhamos a atitude do governador Carvalho Pinto.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Modesto Guglielmi. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Vicente Botta.

O SR. VICENTE BOTTA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, li, nos jornais, uma notícia veiculada pelos Campos Elísios, de que o Sr. Governador daria preferência, nas admissões de funcionários, daqueles que tivessem direitos adquiridos. Faço por isso um apelo a S. Exa., nos limites dessa exigência legal, para que S. Exa. promova a admissão daqueles investigadores de polícia, candidatos que foram aprovados em concurso cujo prazo de validade expira no dia 10 de fevereiro. Se S. Exa. não promover o preenchimento dessas vagas que existem no quadro, e que dão direito a aqueles candidatos, regularmente aprovados em concurso, para a sua admissão, será findo o prazo do concurso, e ficarão prejudicados estes candidatos.

Apelo portanto a S. Exa. para que, até o dia 31 de janeiro, possa mandar admitir, dentro do limite das vagas existentes no quadro da Secretaria da Segurança, os investigadores de polícia que foram classificados em concurso realizado há quase dois anos.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra para questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para questão de ordem, o nobre deputado Luciano Nogueira Filho.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO (Sem revisão do orador) — Para questão de ordem — Sr. Presidente e Srs. deputados, esta Assembleia conhece meu pensamento a propósito da atividade das comissões técnicas desta Casa. Tive ocasião de, a este propósito, apresentar uma tese no Congresso das Assembleias Legislativas, realizado em Porto Alegre. A questão de ordem que quero apresentar a V. Exa. refere-se justamente às atividades das comissões técnicas neste período de convocação especial. Sempre defendi a tese de que as comissões permanentes tenham uma função continuada de inquérito, não só com relação aos projetos específicos que lhe são submetidos, como com relação a toda a matéria de sua competência.

Como V. Exa. sabe, sou presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Trocando idéias com meus companheiros de comissão, chegamos à conclusão de que esta Assembleia poderá dar notável contribuição para a solução do problema das enchentes nesta cidade, se a comissão que presido instalar-se em termos de comissão de inquérito, como regimentalmente pode, a fim de promover uma grande inquirição, quer perante as autoridades municipais, quer perante as autoridades federais, quer perante todos os técnicos que têm conhecimento deste problema, a fim de promover, em nome desta Assembleia, um levantamento minucioso das condições que afetam esta cidade e que tanto, afligem a sua população, para que esta Casa possa, no futuro, com pleno conhecimento de causa, dar a sua contribuição para a solução desse lastimável problema. Esta Assembleia já deu, recentemente, notável contribuição ao problema dos transportes, quando aprovou o meu projeto que autorizou convênio com a Prefeitura e abriu um crédito de 4 bilhões de cruzeiros para a construção do metropolitano.

É óbvio que será ela chamada também a intervir na solução do problema das enchentes em São Paulo. Vamos, portanto, dar o primeiro passo para este rumo construtivo de colaboração dos poderes estaduais com os poderes municipais, através deste amplo inquérito que a comissão que presido pretende promover. E a questão de ordem que levanto, Sr. Presidente, é a seguinte: neste período de convocação extraordinária da Assembleia, para fim específico, pode a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações empenhar-se na organização e condução desse inquérito?

Esta é a questão de ordem que apresento. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa ao nobre deputado Luciano Nogueira Filho, que encaminhará a sua questão de ordem ao Presidente efetivo da Casa para uma decisão final.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — Obrigado a V. Exa. Sr. Presidente.

O SR. LINCOLN FELICIANO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, carta anônima tardia: escreveu-me um eleitor dizendo

que, se tivesse ouvido ou lido estes meus discursos de despedida, em mim teria votado, em outubro.

Veio-me à lembrança aquele genro acusado de ter jogado a sogra do 16.º andar de um arranha-céu.

Perguntou-lhe o Delegado de Polícia: "Ao vê-la atirar-se, porque não procurou salvá-la?"

"Procurei... Corri ao 9.º andar mas, quando lá cheguei, já a velha havia passado!"

Sr. Presidente e Srs. deputados, narra Voltair que o rei Belus — maior administrador do mundo, na opinião dos meninos de olhos azuis de seu gabinete — querendo casar a filha, a princesa da Babilônia, promoveu um concurso original entre os pretendentes. Dá-lhe-lhe aquele que retessasse o Arco do Nemrod, de ébano mais duro que o aço, matasse um leão selvagem e faminto e, por fim, em luta corpo a corpo, vencesse os outros rivais.

Apresentaram-se à competição: o Faraó do Egito, montado no Boi Apis; o Xá da Pérsia, em um carro puxado por dois elefantes; e o Khan da Cítia, em um tigre, do tamanho de um cavalo, que ele mesmo domesticara. Ao vê-lo, o rei Belus, num sorriso mostrou o seu pensamento: "Que pena não ter eu três filhas!"

Na prova do Arco, nenhum deles se saiu bem. Foi então que um jovem — forte, formoso, inteligente e audaz — pulou na arena, e, retessando o Arco, arremessou uma seta até Netuno! Milhões de mãos aplaudiram a façanha, que foi anulada: pelo motivo oculto de ser o candidato pobre e de família humilde; e pelo motivo ostensivo de não estarem os papéis de sua inscrição condecorados com estampilhas do valor legal...

Em seguida, apareceu o leão, no picadeiro, usando o arreganhando os dentes, de raiva e de fome. Vendo que os demais cabeças coroadas não se mexiam, o Khan das Cítas enfrentou-o, com mil e uma armas. A enorme assistência — com as autoridades civis, militares e eclesiásticas — medindo o perigo do embate, fechou os olhos e, quando reabriu, o Khan estava espichado no chão, desarmado, pisado, rasgado, unhado mordido e esfaqueado, enquanto o terrível felino, calmamente, limpava, com a pata direita, os seus vastos e ensanguentados bigodes... Era a primeira vez que ele bebia sangue azul.

Mais rápido que um raio, o tal moço, que estava na arquibancada, deu um salto mortal e caiu sobre o leão. Montou no seu pescoço e com uma espada reluzente decepou-lhe a cabeça. O povo babava de alegria, de medo, de emoção!

Eis como Osmar conseguiu a mão da princesa da Babilônia, que, mais tarde, serviu de modelo a Praxiteles para esculpir Afrodite. Morrendo o rei Belus, de enfarte do miocárdio, Osmar subiu ao trono e, ao que dizem, fez governo bom, sábio e justo.

Infer-se de tal episódio que todo o pai deve procurar casar bem a filha — com homem são, trabalhador e digno, fugindo desses play-boys, de cabelo crescido que... por brincadeira, furtam Volkswagens

E verdade que a mulher gosta do indivíduo valente e atrevido, mesmo fanfarrão. Dom João de Castro Teles, senhor de Boquibob, ao assistir noutros tempos, a uma tourada, em Sevilha, meteu-se em tremenda rixa, distribuindo facadas e porretadas, a torto e a direito. Ao retirar-se, sob a admiração das mais belas mulheres de Espanha, chilreou-lhe uma delas: "Querria usted matar a todos los hombres de Sevilha?" — "Si... para quedar-me solo com todas las mujeres!" — respondeu-lhe, arrogante, o guapo lusitano.

Desse certame babilônico também se deduz que deve haver seleção na escolha dos homens de governo, tendo-se em vista a inteligência, o preparo, a aptidão, a prática e, sobretudo, os bons antecedentes.

Nas eleições de outubro, em município do interior do Estado, candidatou-se a deputado um sujeito ali denunciado como estacionário. Para burlar a ação da Justiça, com as unanimidades parlamentares, o eleitorado dali deu-lhe expressiva votação, aliás sem resultado. Ao ter conhecimento deste fato, fui ao cais do porto, a fim de ver uma draga tirar lama do fundo do mar...

Uma boa parte do eleitorado brasileiro pende para os candidatos oficiais, de medo de desgostar os governantes. A respeito, Humberto de Campos tem um pedacinho de ouro: "Divergir do governo representa para o eleitor o ostracismo, o afastamento das posições, a perda do prestígio pessoal. Representa, também, a discórdia doméstica, a indignação das filhas sem luxo, dos filhos sem colégio e da parentela numerosa, que vive, quase sempre, à sua custa, no regime do patriarcado".

Ante a reduzida votação que alcancei, principalmente em Santos, Quartel General da minha campanha, tive ímpeto de vender minha livraria a um fogueteiro. Pensando melhor, dei de esporas em meu cavalo e prosegui na viagem pela vida, arrastando a espada, que tantas vezes cintilava em minha mão e que tantas vezes florira em meu talabarte, na esperança de dias melhores.

O que a mim aconteceu poderá acontecer a outros políticos. Entre os índios, quando um fica velho e doente, impréstável para o trabalho, levam-no os filhos para o âmago da floresta, onde fica em abandono, até morrer. Um ancião, ao ser conduzido para essa finalidade, pôs-se a chorar. "Porque choras, meu pai?" — "Porque estou pensando que um dia passarás por este suplício!"

Eis, Sr. Presidente e Srs. deputados, o que tinha eu a dizer ao pôr o ponto final no meu mandato de deputado. Lá em Santos, frente ao mar — de chapéu de palha, pés descalços e calças arregaçadas — continuarei a lançar e puxar a minha rede, túmida de peixes prateados, sob o céu enfeitado de garças, aivas, e alegres, livres e felizes! Aquilo é que é vida, Sr. Presidente! Aquilo é que é vida!...

O SR. HENRIQUE PERES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o Departamento de Águas e Esgotos, autarquia do Estado, fez abrir um concurso de provas e títulos, entre engenheiros de seu quadro, para preenchimento de quatro vagas de chefias técnicas.

O concurso realizou-se no mês de setembro de 1961, comparecendo todos os vinte e cinco engenheiros inscritos.

Trata-se do primeiro concurso para chefias técnicas realizado no Estado, tendo uma banca examinadora composta de professores da Escola Politécnica, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública e de Diretores do D. A. E.

Ultimadas as provas, feitas as indicações dos quatro primeiros colocados, foi o resultado homologado pela autoridade competente.

Acontece, porém, que até hoje, e são decorridos 20 meses, o Governo não fez as nomeações daqueles funcionários que se submeteram ao concurso árduo de provas e títulos? E as chefias continuam sob a direção de substitutos...

E por que?

Porque o respectivo processo do concurso e nomeação tem andado de cá para lá em busca de pareceres de advogados e consultores jurídicos do Departamento Estadual de Administração, do Serviço de Assistência Jurídica do Palácio, da Assistência Técnica do Sr. Governador, e até do Departamento Jurídico do Estado.

Ao que parece ganha-se tempo para que os interessados se desesperem e não busquem o prêmio justo a que fizeram jus.

Qual a dificuldade que encontra a pública administração para o preenchimento das vagas postas em concurso?

Sabe-se que foi anunciado um padrão referência "79", rebaixado por lei da Assembleia Legislativa (após a realização do concurso) para padrão referência "71".

Nomeie a pública administração os engenheiros que se viram classificados no concurso instaurado pelo D. A. E., para o preenchimento das chefias técnicas vagas, e deixe a cargo do Judiciário decidir, eventualmente, qual o padrão dos proventos que deverão eles auferir. Evidentemente — e nesse sentido são os pareceres dos advogados e consultores jurídicos que opinaram no caso, segundo estou informado — o decreto respectivo de promoção deverá atender as exigências da Lei e anunciar o padrão referência "71".

Mas, injusto e iníquo será protelar-se por mais tempo a nomeação daqueles engenheiros que se submeteram ao concurso de provas e títulos, foram classificados e veem seus direitos legítimos sendo protelados, e outros auferindo indevidamente as vantagens de cómodas e quase permanentes substituições em chefias.

E notem, Sr. Presidente e Srs. deputados, que os substitutos que se encontram interinamente nas chefias que não se preenchem em caráter efetivo, percebem o padrão referência "79".

Verdadeira anomalia a par da injustiça que se comete contra funcionários que viram sua inteligência, seu zelo, seu esforço, seu estudo, premiados por cientistas professores que os submeteram ao crivo de um concurso de provas e títulos... mas que não conseguem o decreto de promoção até que os bacharéis do Governo tenham a coragem de formular uma indicação ou proposta que solucione a questão.

Naturalmente o Sr. Governador do Estado desconhece pessoalmente essa lamentável ocorrência. S. Exa. a conhecerá por intermédio deste meu discurso, que contém um apelo e um protesto dirigido a S. Exa.: um apelo para que faça inteira justiça aos engenheiros em foco e um protesto contra a